

RACISMO RELIGIOSO E IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO NO BRASIL

Religious Racism and Ideology of Whitening in Brazil

Racismo Religioso y Ideología del Blanqueamiento en Brasil

Bárbara Cristina Silva Pereira

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão; Pós-graduanda do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde no Hospital; Universitário Materno-Infantil (HUUFMA)
barbarapereira.ss@outlook.com

Resumo

O trabalho tem como objeto de estudo a análise das origens do racismo religioso no Brasil, evidenciando suas manifestações na atualidade enquanto consequência de um projeto de sociedade racista e eurocêntrica. A pesquisa empírica foi realizada na região metropolitana de São Luís-MA, na qual participaram integrantes do Tambor de Mina, da Umbanda e do Candomblé. O método utilizado foi o materialismo histórico-dialético, por compreender ser este adequado para análise do objeto de estudo em suas múltiplas determinações. Os resultados apontam que a perseguição racial-religiosa faz parte da ideologia do branqueamento do nosso país, a qual tratou de anular qualquer manifestação contrária à ordem branca, ocidental e judaico-cristã. Os (as) adeptos (as) das religiões de matrizes africanas entrevistados (as) demonstram forte consciência étnico-racial-religiosa, o que evidencia a importância desses espaços para a construção e fortalecimento da luta antirracista.

Palavras-chave: Racismo religioso. Ideologia do branqueamento. Religiões de matrizes africanas.

Abstract

The work has as object of study the analysis of the origins of religious racism in Brazil, evidencing its present manifestations as a consequence of a project of racist and eurocentric society. The empirical research was carried out in the metropolitan region of São Luís-MA, in which members of the Tambor de Mina, Umbanda and Candomblé participated. The method used was historical-dialectical materialism, since it is understood to be suitable for analyzing the object of study in its multiple determinations. The results point out that racial-religious persecution is part of the ideology of whitening in our country, which tried to annul any manifestation contrary to the white, western and judeo-christian order. The adherents of religions of African matrices interviewed show a strong ethnic-racial-religious conscience, which highlights the importance of these spaces for the construction and strengthening of the anti-racist fight.

Keywords: Religious racism. Ideology of whitening. Religions of African matrices.

Resumen

El trabajo tiene como objeto de estudio el análisis de los orígenes del racismo religioso en Brasil, evidenciando sus manifestaciones en la actualidad como consecuencia de un proyecto de sociedad racista y eurocéntrica. La investigación empírica fue realizada en la región metropolitana de São Luís-MA, en la que participaron integrantes del Tambor de Mina, de la Umbanda y del Candomblé. El método utilizado fue el materialismo histórico-dialéctico, por comprender ser éste adecuado para el

análisis del objeto de estudio en sus múltiples determinaciones. Los resultados apuntan que la persecución racial-religiosa forma parte de la ideología del blanqueamiento de nuestro país, la cual trató de anular cualquier manifestación contraria al orden blanco, occidental y judeocristiano. Los adeptos de las religiones de matrices africanas entrevistados demuestran fuerte conciencia étnico-racial-religiosa, lo que evidencia la importancia de esos espacios para la construcción y fortalecimiento de la lucha antirracista.

Palabras clave: Racismo religioso. Ideología del blanqueamiento. Religiones de matrices africanas.

Introdução

O presente estudo consiste em uma reflexão acerca da trajetória de perseguição e combate às religiões de matrizes africanas no Brasil e suas motivações racistas. Por meio de uma contextualização histórica, que visa compreender este fenômeno na atualidade a partir das raízes que contribuem para sua perpetuação, considera-se pertinente configurá-lo enquanto racismo religioso. Nesse ínterim, atribuímos destaque às manifestações deste fenômeno na região metropolitana de São Luís-MA, locus da pesquisa. Utilizamos como base teórica, principalmente, as contribuições de Clóvis Moura (1983), Kabengele Munanga (1999), Abdias do Nascimento (1978) e Antônio Guimarães (1999) para compreender o processo de formação social do Brasil a partir de um recorte étnico-racial.

A análise e caracterização do racismo religioso exige o reconhecimento dos processos históricos peculiares ao Brasil, bem como a compreensão do racismo e suas formas de instauração num país capitalista, ao mesmo tempo em que requer um olhar crítico às formas de opressão dele aprimoradas. Desse modo, levando em conta o objeto de estudo e sua relação com os movimentos em sociedade, seus processos de resistência e sua inserção na luta de classes, utilizamos, para concretização da pesquisa, o método histórico-dialético. Esta escolha revela a necessidade imposta pelo objeto de estudo em aprofundar elementos históricos, socioeconômicos e políticos dos fenômenos a serem analisados, sem perder de vista as contradições inerentes à luta racial e à perspectiva de construção de uma ordem social diferenciada.

Ao longo deste percurso metodológico, realizou-se revisão de literatura, bem como pesquisa documental e empírica. Nesta última, foram entrevistadas 8 (oito) pessoas, dentre elas integrantes do Tambor de Mina, da Umbanda e do Candomblé. Além disso, o trato dos dados e resultados da pesquisa também foi feito a partir da análise de denúncias de

discriminação religiosa no Brasil, fornecidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos através do Disque 100.

Nessa direção, compreende-se que a atualidade da temática reflete aspectos imbricados na formação social do Brasil, o qual construiu e manteve, durante grande parte de sua história, o desprezo pelas religiões de matrizes africanas. Esses momentos da história revelam a relação intrínseca entre a perseguição sofrida pelas religiões afro-brasileiras e sua origem negra e escravizada no país. Além disso, evidenciam os mais variados efeitos da ideologia do branqueamento, presente na produção e reprodução das relações sociais.

Em outras palavras, o racismo religioso ora apresentado neste trabalho é resultado de uma longa trajetória nacional, marcada pela escravidão da população negra, pela negação de suas tradições culturais e, principalmente, pelo racismo estrutural e estruturante no Brasil. Faz parte de um projeto de sociedade que se pretendeu civilizada à moda europeia e que tratou de colocar para debaixo do tapete a história da população africana sequestrada no processo de colonização das Américas. Nesse cenário, as religiões de matriz africana sempre andaram lado a lado à resistência negra no país.

Isso posto, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente analisa-se a relação entre a ideologia do branqueamento, aplicada ao longo da história do Brasil, e o racismo religioso, versando sobre passado e presente. Em seguida, destaca-se alguns resultados da pesquisa empírica, realizada na região metropolitana de São Luís-MA, como forma de sustentar a discussão proposta pelo objeto de estudo.

Ideologia do branqueamento e perseguição às religiões de matriz Africana no Brasil

Analisando a história da população negra no Brasil, por meio do seu sequestro sangrento, verificamos que o preconceito e a discriminação religiosa se confundem com os mecanismos de escravidão utilizados para controlar e cercear as possibilidades de organização, crescimento e desenvolvimento da população negra. Os ataques às religiões africanas no período colonial e imperial foram respostas empregadas com o objetivo de abafar as grandes potencialidades desses momentos religiosos. Suprimir suas religiões, era, também, anular sua identidade, sua organização, sua resistência.

As mutações na trajetória do racismo no Brasil perpassam o período de escravidão, os sentimentos de repúdio à cultura africana estabelecidos pelo ideal de branqueamento e caminham até a criação de um sentimento novo de nacionalidade, travestido por meio da

chamada “democracia racial”. Essas novas configurações não anulam os pressupostos racistas presentes em todos esses momentos: o ódio e a repulsa pela população negra e tudo aquilo que ela representa.

Antônio Guimarães (1999) ressalta a dimensão do “branqueamento” e da “democracia racial” como mecanismos fundamentais na supressão da ancestralidade africana e suas manifestações no Brasil. Na opinião de Kabengele Munanga (1999), essas estratégias funcionam como mecanismos de aniquilação da história e da identidade negra no país. Assim, o racismo, enquanto arma ideológica e epistêmica de dominação, utiliza-se de diversas estratégias para se fazer presente no ideário e no cotidiano da vida social dos sujeitos. As formas de implantação de uma suposta inferioridade da população negra estão presentes, também e sobretudo, na superestrutura das relações sociais, por meio do que Nascimento (1978) denomina embranquecimento cultural. O autor intitula as tentativas de branqueamento da nação como estratégias de genocídio da população negra.

Conforme Nascimento (1978), esse fenômeno se apresenta por meio da constante confrontação de determinadas manifestações culturais praticadas por determinados grupos, quais sejam, de origem negra. As religiões afro-brasileiras se inserem nesses grupos e apresentam permanente resistência nos espaços que convivem. Trata-se, portanto, do que compreendemos como racismo religioso, tendo em que vista que os motivos por trás da perseguição a essas religiões têm como base sua origem e organização – permeadas pela cultura e ancestralidade africana.

A sociedade brasileira, durante séculos, implantou estratégias de aniquilação da população negra e suas manifestações culturais. Quando isso não foi possível, relegou suas práticas à opacidade e às periferias, bem longe dos olhares da elite e do mundo. A persistência de suas existências por si só configura mecanismo de resistência em meio ao estado de sítio que foram forçadas a sobreviver. Essa re(existência), mascarada muitas vezes sob a forma sincrética “positiva”, revela que estes espaços foram construídos, essencialmente, com base na opressão a qual estavam submetidos (NASCIMENTO, 1978).

Observando a trajetória das religiões de matrizes africana no Brasil, o que se percebe é um rastro de violências por parte do Estado e da sociedade de modo geral. Primeiro, não as reconhecendo sequer como religiões, depois, criminalizando suas práticas. O fato de organizarem sua devoção de forma diferente do que se espera pelo mundo branco e ocidental é visto como anomalia, como afirma Mundicarmo Ferretti (2002).

Em 1934, quando foi realizado em Recife o primeiro "Congresso Afro-Brasileiro", era obrigatório o registro dos terreiros na polícia e, como foi denunciado naquele evento, as "macumbas" e "catimbós" eram perseguidas como crime e anomalia. Embora essa obrigatoriedade tenha caído há mais tempo na Bahia e em outros Estados, no Maranhão vigorou até mais ou menos 1988. Os terreiros de São Luís e de outros Estados eram obrigados a pedir licença à Polícia para realizar suas festas, pois eram cadastrados não como "casas de culto" e sim como "casas de diversão", não só porque costumam fazer várias festas de santo durante o ano, mas também porque a religião afro-brasileira não tem o mesmo "status" do catolicismo e do protestantismo, cujos templos, certamente, não eram cadastrados na mesma categoria (FERRETTI, 2002, p. 11).

De acordo com Ferretti (2002), um dos fatores determinantes para a perseguição às religiões afro-brasileiras é a sua associação à população negra escravizada – indigna sequer de seguir suas próprias religiões. Vejamos, se o racismo ainda permanece imbricado nas relações abstratas e concretas do Brasil, e se um de seus principais argumentos é a inferioridade da população negra (e tudo que ela representa) perante outras populações, como dissociá-lo da opressão, do preconceito e da violência religiosa historicamente direcionada às religiões de matrizes africanas?

A ideologia do branqueamento, atrelada às políticas de eugenia, imigração de europeus e posteriormente à miscigenação e ao mito da democracia racial, foi e é estratégia de desconstrução de uma sociedade de maioria não-branca, para que seus integrantes não tenham consciência desse fato. Além disso, busca o esquecimento de sua história, incentivando o conhecimento eurocentrado e eliminando as origens e contribuições de outros povos no processo de formação do país. Munanga (1999) sinaliza bem os objetivos da elite branca através da implantação desta ideologia.

A elite “pensante” do país tinha consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças à ideologia do branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países, de um lado e, por outro lado, garantir o comando do país ao segmento branco, evitando a sua “haitinização” (MUNANGA, 1999, p. 78).

A preocupação da elite estava concentrada no grande contingente numérico representado pela população negra no país. Além disso, a “mistura racial” era vista como um empecilho para o desenvolvimento da nação. Por trás desse evidente racismo científico (apoiado por médicos e juristas da época), observa-se, sobretudo, o medo da branquitude brasileira em viver num país de maioria negra consciente deste fato e de seu poder perante as possibilidades de transformação social.

Fonseca (2001, p. 101-102), ao abordar os pormenores por trás da rejeição direcionada às religiões de matriz africana, sobretudo na sua forma simbólica, revela que este tipo de violência possui o objetivo de “[...] depreciar tudo que está relacionado com os negros, os caracteres físicos (cor da pele, tipo de cabelo, forma do nariz e dos lábios, etc.), os morais (valores, hábitos) e os sociais (religião, artes, economia)”.

O não reconhecimento enquanto religião propriamente dita foi um dos principais argumentos utilizados como forma de diminuir o significado das religiões de matrizes africana – na desqualificação de suas práticas religiosas – e legitimar sua perseguição por parte de órgãos oficiais. Comparando a legislação brasileira nos períodos imperial e republicano, através de Constituições Federais, Códigos Penais e Códigos de Conduta Municipais no Maranhão, é possível observar as penas e multas reservadas àqueles que realizassem “batuques e cantorias de pretos”, bem como “magias e seus sortilégios”.

Isso acontece, pois, a visão do (a) negro (a) “[...] como peça subsidiária na nossa formação econômica, social e cultural” (MOURA, 1983, p. 9) faz parte, entre outros fatores, da necessidade de conservação dessa população enquanto classe social marginalizada. Assim, “o negro é colocado na base do sistema de exploração econômica e transformado no símbolo negativo desse tipo de sociedade” (MOURA, 1983, p. 38). Escravizar seus corpos não era suficiente para este complexo sistema: era necessário aprisionar sua mente e seu coração, destruindo sua imagem e qualquer possibilidade de identificação com suas raízes.

Ao longo dos anos, as formas de violência vão sendo modificadas, acompanhando o modo como o país lida com as questões raciais. Entretanto, as religiões de matrizes africana continuam a ser encaradas com desconfiança e desprezo. Um suposto “prestígio” alcançado nos últimos anos por essas religiões, segundo alguns autores, esconde a persistência do olhar dominador sob as mesmas e para com seus criadores.

Operando o banco de dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que oferece informações sobre denúncias de discriminação religiosa no Brasil, realizadas através do Disque 100, é possível observar alguns indícios do racismo religioso no país. No que diz respeito à religião das vítimas que realizaram denúncia de discriminação religiosa em 2017, dentre aquelas que forneceram esta informação, em primeiro lugar verifica-se a Umbanda, com 20,68%; em segundo, bem próximo, o Candomblé, com 19,92%; e, em terceiro, a opção “Matriz Africana”, com 14,55%.

A maior parte das vítimas possuía entre 25 e 30 anos (11,17%). As faixas etárias de 36 a 40 anos e 31 a 35 anos aparecem em segundo e terceiro lugar, com 10,67% e 9,93%,

respectivamente. Destaca-se o número significativo de vítimas crianças e adolescentes, quase 12%. No que se refere à raça/cor das vítimas de discriminação religiosa em 2017, 28,29% não respondeu esta questão. A população negra (pretos e pardos) representou 40,94% das vítimas que realizaram algum tipo de denúncia de discriminação religiosa em 2017, ficando em primeiro lugar. Em segundo, observa-se a população branca, com 29,28%, seguida pela amarela (0,99%) e indígena (0,50%).

O perfil dos suspeitos de praticarem discriminação religiosa traz informações como sexo, faixa etária e raça/cor. Em relação ao ano de 2017, mulheres (35,01%) e homens (32,68%) aparecem de forma equilibrada, sem grandes diferenças. No que tange a faixa etária dos suspeitos, aqueles entre 36 e 40 anos aparecem em primeiro lugar, com 9,16%, assim como uma parcela considerável entre 41 e 60 anos.

Todavia, contrariando o perfil das vítimas, a maioria dos suspeitos é composta pela população branca (27,29%), seguida da população negra (22,02%). Assim como em outros segmentos dos dados analisados, a porcentagem de pessoas que não forneceram esta informação é elevada: mais de 49%. A relação entre suspeito e vítima também revela que os principais praticantes são os vizinhos das vítimas. Eles aparecem em primeiro lugar com 26,21%. O segundo lugar, ocupado pelos desconhecidos, soma somente 4,37%. Em seguida, temos a família (irmão, irmã, mãe, pai, filho, filha, etc.), professores e diretores de escola.

Observa-se que grande parte das vítimas omite informações sobre os possíveis suspeitos. No que tange o tipo de relação, 43,68% das vítimas não forneceu esta informação – o que pode evidenciar ambientes vulneráveis, tendo em vista que em muitos casos, com o objetivo de resguardar-se de eventuais represálias, a vítima opta por não identificar o agente agressor. Por fim, os dados apontam que 33,52% dos ataques acontecem na casa da vítima, 27,47% em outros locais, 11,81% na rua, 6,59% na escola, 5,22% na casa do suspeito, 3,30% na Igreja, 2,20% no Hospital e 1,92% no local de trabalho.

Nota-se, portanto, que as religiões de matrizes africanas são as mais atingidas pela discriminação religiosa no Brasil. Além disso, a população negra é a que mais sofre com este tipo de discriminação, aparecendo em primeiro lugar – situação essa que se repete nos anos anteriores. Os dados revelam, pois, ainda que de forma parcial e subnotificada (uma vez que esta é a realidade dos dados oficiais relacionados à questão religiosa), que a intolerância religiosa no Brasil tem direção e cor. Seu alvo principal são as religiões de matriz africana e suas vítimas negros e negras.

Concordando com este cenário, Hédio Silva Jr. (2008, p. 169) comenta que “[...] a intolerância religiosa que historicamente se abate sobre as religiões afro-brasileiras constituiu uma das facetas do racismo brasileiro”. De forma semelhante, nas palavras de Silva e Soares (2015, p. 5), “[...] o que ora se apresenta como um fenômeno de rejeição às religiões de matriz africana, corresponde à negação da identidade negra no Brasil”.

Analisando o processo de formação do Brasil e observando os mecanismos racistas de sua construção, utilizados para recontar a história, nota-se que as religiões de matrizes africana representam um dos pilares da resistência negra na luta contra a colonialidade do poder. As experiências religiosas de seus integrantes revelam a contramão do movimento de embranquecimento e demonstram a importância de sua existência nos diversos níveis das relações sociais.

Manifestações de racismo religioso na região metropolitana de São Luís-MA: expressões de consciência étnico-racial-religiosa

No decorrer da pesquisa, foram realizadas entrevistas com 8 (oito) integrantes de religiões de matrizes africana na região metropolitana de São Luís-MA. O objetivo das mesmas era conhecer melhor as manifestações do racismo religioso e compreender o significado de vivências afroreligiosas para o fortalecimento de uma consciência étnico-racial-religiosa. Com idade entre 25 e 38 anos, a maior parte dos (as) participantes é composta por mulheres. Dos (as) entrevistados (as), 7 (sete) declararam-se pretos (as), de acordo com a classificação oferecida pelo IBGE.

Abaixo, no Quadro 1, é possível observar algumas características sobre o perfil de identificação desses sujeitos. Com o objetivo de preservar a identidade dos (as) participantes da pesquisa, no momento de exposição de suas falas, estes (as) são identificados (as) por numeração (de acordo com a ordem de realização das entrevistas) e pela religião a qual fazem parte (Ex.: Entrevistado 01 – Tambor de Mina).

Quadro 1 – Perfil dos (as) participantes da pesquisa

Identificação	Religião	Idade	Sexo	Bairro onde mora	Raça/Cor
Entrevistado 01	Tambor de Mina	38	Masculino	Angelim	Preta
Entrevistada 02	Candomblé	25	Feminino	São Francisco	Preta
Entrevistada 03	Tambor de Mina	28	Feminino	Vila São José	Preta
Entrevistada 04	Tambor de Mina	33	Feminino	São Cristovão	Preta
Entrevistada 05	Tambor de Mina	30	Feminino	Centro	Preta
Entrevistada 06	Umbanda	25	Feminino	Vila Piçarreira	Preta
Entrevistado 07	Umbanda	26	Masculino	Pirapora	Indígena

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Por meio das entrevistas, foi possível aferir que o racismo religioso é realidade na grande ilha de São Luís-MA. Na família, na escola, no trabalho, na vizinhança, através do Estado, o racismo religioso se manifesta em vários lugares e de várias formas. Para essas pessoas, é difícil perceber, na prática, o avanço legal que favoreceu a discussão sobre o direito à liberdade religiosa no Brasil no período da nova República. Antigas práticas de coerção continuam acontecendo e novas ações são incorporados ao dilema do racismo religioso.

No ambiente escolar, todos (as) os (as) entrevistados (as) que fazem parte de suas religiões desde criança ou adolescente relataram que sofreram preconceito desta natureza.

Eu lembro uma vez que eu tava lendo um livro, “No Reino dos Exus” era o nome [...]. Aí levei pra escola, que eu tava lendo, né? Aí minhas colegas ficaram assim tudo muito espantadas. Aí escreviam mensagens “Jesus te ama”, “Jesus vai te salvar”, escreviam versículos da Bíblia. Algumas colocavam no livro, pediam pra ler e tal e algumas falavam mesmo “procura te salvar”, “procura aceitar Jesus” (ENTREVISTADO 01 – Tambor de Mina).

Quando eu fui suspensa [receber uma função/cargo dentro do Candomblé], eu andava com meus fios de contas como se fosse um troféu. Eu queria andar com eles pra cima e pra baixo. E dia de sexta-feira eu andava toda de branco, com os fios de contas, e eu nunca ia de farda. No início era assim “Nossa, que diferente”, “Que legal”, depois tinha uns comentários um pouquinho mais... “Ah, mas isso é tão chato, essa religião não deve ser boa não, porque obriga a pessoa a usar branco toda sexta-feira”. Na escola, eu lembro de professores terem comentários bem infelizes, de dizer que nem era religião, que eu não precisava vestir aquilo (ENTREVISTADA 02 – Candomblé).

Observa-se, por meio dos relatos dos (as) entrevistados (as), o distanciamento da escola e de seus integrantes para com aqueles que fazem parte de religiões de matrizes africana. Ao utilizar suas vestimentas religiosas, ou simplesmente por reconhecerem sua identidade, são rejeitados, incompreendidos e violentados. As violências, quase sempre, afastam ou afastaram esses (as) alunos (as) do ambiente escolar. Os (as) participantes citam com frequência o racismo religioso praticado também por professores.

Caputo (2012), ao realizar pesquisa sobre a educação nos terreiros e como a escola se relaciona com crianças do Candomblé, destaca como a discriminação religiosa, percebida e sentida por essas crianças na escola, força-as, com o tempo, a se tornarem invisíveis. É uma relação dicotômica e conflitante, pois, se de um lado essas crianças se sentem felizes nos terreiros, construindo grande autoestima e orgulho de sua cor e tradições; por outro, são ensinadas a envergonharem-se de sua religião na escola.

Os mecanismos de proteção e defesa, considerados violentos pela autora, são reproduzidos ao longo da vida e em outros espaços. As crianças aprendem desde cedo a evitarem o assunto ou calarem-se diante do tema. Caputo (2012) exemplifica sua análise ao refletir sobre o discurso de dois irmãos, Joyce e Jailson, adeptos do Candomblé desde criança e moradores do estado do Rio de Janeiro. Para eles, a estratégia adotada é o silêncio. No espaço escolar, quando perguntados, respondiam: “Sou católico/a!”.

Ao entrevistar professores da escola frequentada pelos irmãos, é evidente, para Caputo (2012), os motivos pelos quais Joyce e Jailson preferiam esconder sua religião. A maioria dos professores entrevistados confessou que nunca pensou sobre crianças no Candomblé pois desconheciam a existência de alunos e alunas praticantes desta religião na escola. Indo além, uma das professoras afirmou que, na referida escola, não havia crianças com este “problema”. Cinco professores afirmaram que era “um absurdo” crianças praticarem Candomblé. As posturas e opiniões adotadas pelos professores entrevistados por Caputo (2012) refletem, além do racismo religioso, um triste cenário: a escola não está preparada para conviver com as diversidades, especialmente quando se trata de mentes e corpos negros.

No espaço de trabalho, outros (as) entrevistados (as) também apresentaram episódios que demonstram o preconceito vivenciado no dia-a-dia. Observa-se, pelas falas, o tratamento diferenciado direcionado aos (as) entrevistados (as) por motivo de religião. Como consequência, são alvos de estereótipos e injustiças por parte de colegas de trabalho. Os relatos demonstram as vulnerabilidades as quais os (as) integrantes de religiões de matrizes africana estão expostos (as). Para aqueles que não possuem estabilidade no emprego, acrescenta-se o medo de perdê-lo .

A supervisora da tarde, da escola que eu trabalho, não participou da última Semana de Consciência Negra que eu encabecei. Ela é evangélica. Aí ela ficou mandando mensagem para as outras professoras, dizendo que ela não vinha, que isso era coisa do demônio, porque uma turma ia falar sobre a Umbanda; que ela não sabia como a diretora tinha permitido isso. E no final, essa equipe, essa turma que falou da Umbanda foi uma das mais bem avaliadas (ENTREVISTADA 05 – Tambor de Mina).

Analisando a fala da entrevistada, e levando em consideração que esta é professora, é possível afirmar mais uma vez que a escola se apresenta como um espaço extremamente contraditório no que se refere à pluralidade da vida. Além da presença dos currículos eurocêntricos e de materiais pedagógicos que reforçam visões estereotipadas, os sujeitos nela inseridos também expandem um ensino e convivência com base no ocultamento de segmentos

sem prevalência histórica de poder. Assim como a escola, outros espaços de trabalho também refletem o racismo religioso, pois este está imbricado nas várias esferas da vida em sociedade.

O cenário periférico e negro, aliado a história de “inserção” da população africana no Brasil, juntamente com suas religiões, favorece o aparecimento do racismo religioso e sua continuidade na atualidade – sob novos olhares, novas perspectivas e, sobretudo, novas “justificativas”. A baixa aceitação social direcionada às religiões afro-brasileiras faz parte de uma herança escravista, marcada por acusações policiais e pela criminalização de suas práticas religiosas.

Ao serem questionados (as) sobre possíveis ataques direcionados às casas religiosas que frequentam, a maioria destacou que estes, quando acontecem, são de ordem verbal, isto é, são palavras e gestos que chegam aos ouvidos dos integrantes das religiões de matriz africana de forma indireta. Dentre os (as) entrevistados (as), apenas duas pessoas haviam registrado algum tipo de denúncia relacionada a episódios de discriminação racial-religiosa.

Outra problemática relacionada ao baixo número de denúncias quando se trata deste tipo de violência diz respeito ao ambiente falho e hostil nos meios institucionais. Observa-se que apesar da existência de aparato legal que configura crime atos de violência contra o sentimento religioso, na prática, esta não é reconhecida. Muitos integrantes de religiões de matrizes africana enfrentam resistência na tipificação adequada desta violência por parte de agentes públicos. É preciso compreender que esses fatos não são isolados, e que “[...] de tão corriqueiros e repetidos já chegaram a ganhar, vez por outra, espaço na grande imprensa, que aliás parece incapaz de tratar as religiões afro-brasileiras de outra forma que não pelo viés do exótico” (OLIVEIRA, 2003, p. 11).

Além disso, muitos casos são tratados como “briga de vizinhos” e/ou não são investigados por serem considerados pouco “importantes” – posturas conscientes que denotam e exemplificam o racismo institucional no Brasil. Para Mariano (2007, n.p.), “[...] o enquadramento no referido crime depende da interpretação dos agentes da lei”, que acabam repetindo preconceitos históricos.

Verifica-se, portanto, que a relação entre o Estado e as religiões de matriz africana ainda é contraditória. Em tese, o direito à liberdade religiosa é garantido constitucionalmente no Brasil e o princípio da laicidade é amplamente defendido. As garantias estabelecidas em leis evidenciam a necessidade de convivência harmoniosa entre as diferentes crenças, assim como urgem tratamento igualitário do Estado para com essas religiões.

Contudo, isso não significa que o país e seus representantes não demonstrem sua preferência religiosa. As violências institucionais, pelas quais os adeptos das religiões de matrizes africanas passam ao, por exemplo, efetuarem denúncia nos órgãos competentes, reforçam a presença do racismo religioso e multiplicam suas manifestações. Práticas antigas, de coerção e limitação dos rituais religiosos africanos ainda são realidade em muitos municípios do Maranhão, conforme ressaltou o Entrevistado 01, do Tambor de Mina: “Até hoje, Terreiros em outras cidades maranhenses têm que pedir licença para realizar festas [...]. Tem que pedir na Delegacia, não sei mais onde, Delegacia de Costumes [...]. Isso não acabou, isso ainda tá muito presente”.

Para Fonseca (2001, p. 104), “[...] a participação como membro de um terreiro, apesar de não ser mais uma contravenção, ainda é experimentada como símbolo de estigma, algo que deve ser ocultado”. Os estigmas sociais ao redor das religiões de matriz africana no Brasil, criados ao longo do tempo por meio do racismo religioso, estão presentes, conforme observamos durante as entrevistas, nos diversos espaços e grupos sociais. O reconhecimento de uma identidade religiosa, atrelada a identidade étnico-racial, faz parte de um longo processo de resistência/pertencimento – caminhada dura que requer a busca por um conjunto de referências histórico-culturais descolonizadas.

Outra realidade observada na fala dos (as) entrevistados (as), e já comentada aqui, é o não reconhecimento das religiões de matriz africana como religiões propriamente ditas, fato este que fica demonstrado no depoimento a seguir. O olhar colonizador está presente nas interpretações sobre essas religiões, que, por não possuírem elementos considerados fundamentais para a constituição de outras religiões dominantes no país, se tornam invisíveis ou até mesmo ganham outros significados.

A minha vó materna ela frequenta o Terreiro de Mina, mas ela não identifica como uma religião. Pra ela, é algo assim, uma festa. Como se ela tivesse indo numa festa e tudo bem. E quando a gente fala que é uma religião, ela sempre tem uma respostinha pronta, tipo “Ah, isso não é religião, religião é o Catolicismo, religião é outra coisa”. O que é uma postura muito comum de algumas pessoas que frequentam os locais, mas que não conseguem identificar como religião. Inclusive era uma dificuldade antiga, acho que ainda é uma dificuldade, dos censos, de conseguir identificar as pessoas que eram ligadas ou pertencentes às religiões de matriz africana, porque aquela pessoa que ela tá ali todo dia dentro do terreiro, mas quando vai alguém perguntar pra ela qual a religião dela, ela vai dizer que é católica (ENTREVISTADA 02 – Candomblé).

No decorrer da história brasileira, verifica-se os fundamentos ideológicos que contribuíram para o fetichismo das religiões de matrizes africanas. Na dinâmica entre

dominados e dominantes, as diferenças evidentes entre as comunidades tradicionais de matriz africana e as demais religiões são estabelecidas “[...] em consequência da inferiorização social, cultural e política daquelas populações que foram trazidas coercitivamente para o Brasil” (MOURA, 1988, p. 40).

Esta visão está baseada, portanto, naquilo que se entende a respeito da população negra e não necessariamente das religiões em si. Dessa forma, não são unicamente as características das religiões de matrizes africanas que as transformam em principais alvos de intolerância religiosa no Brasil, como querem que acreditemos seus acusadores. É a sua origem e trajetória, bem como o fato de serem religiões praticadas por uma população historicamente perseguida e dominada no país e no mundo .

Eu não gosto do termo intolerância religiosa sozinho, porque o que a gente vivencia é diferente do que as outras religiões vivenciam em algum ponto [...]. A relação nunca é a mesma, a nossa é sempre ligada a algo ruim, a algo negativo. Isso não é só pelo fato da religião em si, mas do racismo como um todo (ENTREVISTADA 02 – Candomblé).

A colocação da Entrevistada 02 traz um importante ponto, o qual deve ser destacado. A mesma compreende que os estereótipos negativos vinculados às religiões de matrizes africanas no Brasil relacionam-se diretamente com o racismo. As características dessas religiões, ao se diferenciarem da “normalidade” das religiões judaico-cristãs, somada a sua originalidade negra, as transformam em alvos de ataques preconceituosos e discriminatórios, que tem como objetivo principal sua extinção.

O racismo, entendido como um sistema que afirma a superioridade racial de um grupo sobre o outro, está alocado nas diferentes esferas da vida humana. Conforme reiteramos em alguns momentos deste trabalho, o racismo se manifesta também e sobretudo na negação da identidade negra. Os costumes, hábitos, crenças e expressões da população negra são menosprezados em prol de um ideário branco e europeu. Nas palavras de Teodoro (1996, p. 99), o racismo, “[...] resultante de preconceitos não discutidos, de discriminações não questionadas ao longo de um determinado processo histórico-cultural”, está estreitamente ligado aos interesses das elites dominantes .

O ideal de beleza física, de cultura, o modelo padrão, é definido e estabelecido pelas elites dominantes [...]. Assim, constitui também prática de violência a propagação sistemática da imagem das vítimas do racismo, veiculada de forma a fixar essa imagem de modo negativo, pelos diferentes meios de comunicação, sejam eles artesanais, técnicos ou eletrônicos, informais ou institucionais (TEODORO, 1996, p. 98-99).

Dessa forma, o reconhecimento do racismo como fator preponderante para o preconceito e discriminação sofridos pelas religiões de matrizes africanas é imprescindível nesta análise. Não estabelecer essa ligação significa ocultar os mecanismos históricos de perseguição, exclusão e sofrimento afligidos à população africana e seus descendentes em nosso país. Ademais, a opinião de nossa Entrevistada 02 demonstra mais uma expressão de sua consciência racial-religiosa, a qual, a partir de suas experiências enquanto filha-de-santa, permitiu avaliar as formas de violência observadas e sofridas sob um olhar crítico, conectando-a ao racismo.

Analisando a atuação da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro, criada em 2008, Miranda e Goulart (2009) consideram que há, na organização, uma evidente relação entre “movimento negro” e “religiões de matriz africana”. Para as autoras, portanto, “[...] essas religiões são consideradas como uma forma de resistência da cultura dos negros e seus descendentes, que sempre estiveram à margem da população no Brasil e à margem das políticas públicas” (MIRANDA; GOULART, 2009, p. 6).

As religiões de matrizes africanas não foram perseguidas e combatidas, sobretudo de forma legal nos períodos colonial e imperial, à toa. Conforme Moura (1983, p. 62), “esses grupos tinham uma função social de resistência que não escapava aos brancos [...]”. Nesse contexto, a classe no poder “[...] vislumbrava o perigo que eles representavam como veículo organizacional dos negros” (MOURA, 1983, p. 62).

As constatações feitas pelos (as) entrevistados (as) revelam as particularidades do racismo brasileiro, que, “[...] na sua estratégia e nas suas táticas, age sem demonstrar sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso mas altamente eficaz nos seus objetivos” (MOURA, 1994, p. 160). A desarticulação cultural e religiosa da população negra, é, portanto, almejada e esperada diante dos mecanismos racistas utilizados no Brasil. Felizmente, os povos de terreiro parecem estar na contramão desse estratagema.

Assim, não causa espanto concluir que o racismo brasileiro, que se engendra de forma tão óbvia nas relações sociais, políticas e econômicas, se envolva com os aparatos culturais em nossa sociedade. A ideologia do branqueamento (e suas formas diferenciadas de aplicação ao longo dos anos), as políticas de eugenia e posteriormente o mito da democracia racial, por meio de estratégias sofisticadas e eficientes, contribuíram para a destruição da consciência étnica, racial e cultural da população negra no Brasil.

O racismo religioso configura-se como uma das mais diversas consequências dessas políticas, empregadas durante séculos. Os (as) entrevistados (as) compreendem essa realidade

a partir de um recorte histórico, que enfoca a origem africana dessas religiões como principal fator para a discriminação e o preconceito observados: 7 (sete) estabeleceram ligação direta entre intolerância religiosa e racismo em suas falas. Aliado a isso, reconhecem a trajetória de lutas e perseguições pelas quais as religiões de matriz africana tiveram que passar para estarem aqui, hoje, exercendo suas crenças.

O histórico dessas religiões ele foi eligido para que elas fossem discriminadas e marginalizadas [...]. Quem se diferenciava desse modelo europeu, desse homem europeu, eram os primitivos, eram os selvagens, eram os bárbaros [...]. Essas categorizações foram criadas como forma de classificar o outro e tudo que se diferencia de algo que é tomado como modelo [...]. Então, o histórico dessas religiões tá assentado nisso, nessa constituição e nessa formação inteiramente preconceituosa, racista e intolerante [...]. Quando Exu vem para o Brasil, Exu já vem demonizado, mas Exu não é o demônio das culturas ocidentais cristãs [...]. O processo histórico de como essas religiões vem para o Brasil, ele foi todo muito bem arquitetado e muito bem planejado para que elas pudessem cada vez mais aparecer nesse misto de confusões (ENTREVISTADO 01 – Tambor de Mina).

Historicamente, as religiões de matriz africana cresceram no Brasil de uma forma muito marginalizada [...] elas sempre precisaram se esconder atrás de datas católicas, até bem pouco tempo atrás era proibido se tocar em terreiro [...]. Quando essa proibição deixou de ser legal, ela passou a ser social. As leis que asseguram a liberdade religiosa são muito recentes e elas funcionam somente em alguns locais (ENTREVISTADA 02 – Candomblé).

Os Terreiros, símbolos de existência e resistência política, social e religiosa, funcionam como espaços sagrados, os quais guardam na memória de seus integrantes, histórias de luta contra a opressão racial. Além disso, “[...] possuem uma forma de organização espaço-temporal característica de um grupo que tem uma identidade própria” (RÊGO, 2006, p. 33). Nesse sentido, a ancestralidade negra cultivada, praticada e reavivada pelas religiões de matrizes africana configura-se importante símbolo de poder diante do processo de colonização e exploração europeia em território brasileiro. Podemos dizer que as primeiras formas de organização social da população negra no Brasil tiveram grande destaque através da religiosidade de matriz africana.

As contribuições religiosas afro-brasileiras, com suas origens diversificadas, ultrapassam o cenário religioso, inserindo-se nas relações afetivas, econômicas, culturais, políticas, etc. Isso fica evidenciado pela fala dos (as) entrevistados (as), que demonstram grande consciência étnico-racial e religiosa, compreendendo seu lugar no mundo a partir de um viés político e de saber localizado.

Assim, fica perceptível que os terreiros funcionam como espaços de resistência negra a medida em que encorajam o sentimento de união e consciência de seus integrantes. O resgate de tradições e ancestralidades específicas contribui para a construção de um

sentimento de orgulho e importância sobre sua história e origem, aspectos os quais foram ensinados a desconhecer ou rejeitar. São, acima de tudo, pólos étnicos, espaços de pertencimento, de emancipação e de acolhimento da população negra.

Considerações provisoriamente finais de um processo em implementação

Este trabalho analisou a relação entre o racismo religioso e a ideologia do branqueamento implantada no Brasil. A origem e as influências africanas das religiões afro-brasileiras e o fato de serem praticadas, essencialmente, pela população negra, são características que favorecem o aparecimento e a continuidade do racismo religioso. É inegável que o complexo sistema de opressão vivenciado pelas comunidades tradicionais de matriz africana, no decorrer da história de nosso país, já não pode ser considerado unicamente pelo viés da intolerância, a fim de que não caiamos na falsa interpretação de que o que essas religiões passam é semelhante a outras formas de intolerância religiosa.

O racismo, no Brasil, enquanto sistema estruturante das relações de poder, atua pela aparência, pelo fenótipo, de modo que é a cor da pele que define as experiências sociais. Assim, cumpre destacar que ao longo da pesquisa foi possível classificar, evidenciar e exemplificar a violência direcionada às religiões de matriz africana como prática de racismo religioso. As religiões africanas, trazidas ao Brasil pela população negra e escravizada, sempre foram alvo de perseguição e represália: pelo Estado, pela sociedade e pela mídia. O fenômeno do racismo religioso não é recente, ainda que o debate acerca deste seja bastante incipiente. Obviamente, ele vai se modificando ao longo do tempo, inclusive como forma de acompanhar as mutações dentro de um país racista como é o caso do Brasil.

Os relatos dos (as) entrevistados (as) reforçam as manifestações deste fenômeno na região metropolitana de São Luís-MA e demonstram a atualidade do tema, sustentando o objeto de estudo. Para esses sujeitos, que vivenciam os efeitos desse longo processo segregacionista, é evidente a relação entre o preconceito e a discriminação religiosa e o racismo. Sua resistência é sentida cotidianamente, de maneira individual e coletiva. Ademais, suas vivências religiosas propiciam o adensamento de sua história e contribuem para o fortalecimento de uma consciência crítica sobre o estado de opressão racial do qual são vítimas.

Ser negro ou negra e, ainda por cima, usar seus fios-de-conta, sua roupa branca, suas vestimentas religiosas é um afronte a uma sociedade que sempre almejou descaracterizar a

população negra de suas origens e símbolos. Esse reconhecimento é necessário para que seja possível sua utilização correta nas formas de combate ao racismo religioso. É chegada a hora de que aqueles que se colocam na posição de exterminadores das religiões de matrizes africanas, com suas práticas e incitações abertas, sejam tratados como tais: racistas e intolerantes, propulsores do sentimento antinegro no país.

Assim, sem a pretensão de esgotar o objeto de estudo, acreditamos que a temática do racismo religioso necessita ganhar maior visibilidade a nível nacional e local. É de suma importância, dentro e fora do movimento contrahegemônico, reconhecer o racismo como elemento central inserido na gênese do capitalismo dependente desenvolvido no Brasil – rejeitando a ideia de que este é parte integrante de uma sociedade arcaica, podendo ser combatido à medida que a modernização capitalista fosse avançando. Urge a necessidade de articulação entre a luta antirracista e a luta de classes.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Dados de Denúncia de Discriminação Religiosa do Disque 100 (2011 – 2017)**. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>>. Acesso em 03 mai. 2019.

CAPUTO, Stela. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé**. 1a ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. Opressão e resistência na religião afro-brasileira. In: **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**. São Luís, set., nº 23, 2002.

FONSECA, Eduardo. Faces da identidade afro-brasileira: um estudo do estigma e preconceito religiosos. In: **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, v. 17, n. 1, p. 87-108, jan./jun., 2001.

GUIMARÃES, Antonio. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Editora 34, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-caracteristicas-gerais-da-populacao-religiao-e-deficiencia>>. Acesso em 05 dez. 2018.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais em ação – a demonização dos cultos afro-brasileiros. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância Religiosa – Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2007.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; GOULART, Julie Barrozo. Combate à intolerância ou defesa da liberdade religiosa: paradigmas em conflito na construção de uma política pública de enfrentamento ao crime de discriminação étnico-racial-religiosa. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, v. 33, p. 26-30, 2009.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1994.

MOURA, Clovis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Rafael Soares de. (Org.) **Candomblé: Diálogos fraternos contra a intolerância religiosa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RÊGO, Jussara. Territórios do candomblé: a desterritorialização dos terreiros na Região Metropolitana de Salvador, Bahia. In: **GeoTextos**, vol. 2, n. 2, 2006. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/3038/2186>>. Acesso em 30 dez. 2018.

SILVA JÚNIOR, Hédio. A intolerância religiosa e os meandros da lei. In: NASCIMENTO, Elisa (Org.). **Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

SILVA, Lucilia da; SOARES, Katia. A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA FACE ÀS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA COMO EXPRESSÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS BRASILEIRAS: o terreno do combate à intolerância no município de Duque de Caxias. In: **Revista EDUC**, vol. 01, n. 03, jan/jun, 2015. Disponível em: <<http://www.faculdadededuquedecaxias.edu.br/educ/downloads/numero3/1-artigo.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2018.

TEODORO, Maria de Lourdes. Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP, 1996.

Recebido em: 27/05/2019
Aprovado em: 05/06/2019